



# Prefeitura Municipal de Virmond

## Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**OBJETO:** Aquisição de máquinas e equipamentos, conforme convênio n.º. 944878/2023, que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério da Agricultura e Pecuária/MAPA, e o Município de Virmond.

**Secretaria:** COMPRAS E CONTROLE.

**Responsável pela elaboração do Termo:** ABDON SUREKE.

**Critério de julgamento:** MENOR PREÇO POR ITEM.

**Nota:** Os critérios de julgamento, nos termos do art. 33 da Lei 14.133/21 podem ser:

*I - menor preço;*

*II - maior desconto;*

*III - melhor técnica ou conteúdo artístico;*

*IV - técnica e preço;*

*V - maior lance, no caso de leilão;*

*VI - maior retorno econômico.*

### FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

#### O Termo de Referência é precedido de Estudo Técnico Preliminar?

(x) Sim.

( ) Não.

#### Justificativa:

A aquisição de máquinas e equipamentos visa corroborar para o desenvolvimento das atividades rurícolas, sendo que estes, através de cessão de uso, serão destinados as associações rurais desta municipalidade. Com o uso destes equipamentos, os agricultores terão maior acesso à tecnologia, o que irá auxiliar no desenvolvimento das atividades campesinas, o que maximiza a capacidade produtiva, e os meios necessários para o desenvolvimento de tais atividades.

### DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Reiteramos a descrição da solução como um todo apresentada no Estudo Técnico Preliminar, sendo:

**Nota:** Conforme art. 6º da Lei 14.133/21:



# Prefeitura Municipal de Virmond

## Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

### Os bens e serviços são comuns ou especiais?

(X) Bens e/ou serviços comuns;

( ) Bens e ou serviços especiais.

#### Justificativa:

A aquisição das máquinas e equipamentos, consiste em objeto comum, conforme determina o Art. 6º, inciso XIII da Lei Federal nº. 14.133/21.

**Nota:** Conforme art. 6º da Lei 14.133/21:

**XIII - bens e serviços comuns:** aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

**XIV - bens e serviços especiais:** aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII do caput deste artigo, exigida justificativa prévia do contratante;

Em caso de bens e serviços especiais, apresentar a justificativa.

### Tratam-se de serviços e/ou fornecimento contínuo ou por escopo?

( x ) Serviços ou compras por escopo (ou não contínuos). Aquisição única.

( ) Serviços ou fornecimentos contínuos. Todos os lotes

( ) Serviços ou fornecimentos contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Lotes:\_\_\_\_\_.

**Nota:** Conforme art. 6º da Lei 14.133/21:

**XV - serviços e fornecimentos contínuos:** serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

**XVI - serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra:** aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que:

a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;

b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;

c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos;

**XVII - serviços não contínuos ou contratados por escopo:** aqueles que impõem ao contratado



# Prefeitura Municipal de Virmond

## Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

*o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto;*

### PARCELAMENTO OU AGRUPAMENTO DE ITENS

A adjudicação dos objetos será realizada por:

- ( x ) Adjudicação por item(ns) unitário(s) separadamente;
- ( ) Adjudicação por grupo(s) de item(ns);
- ( ) Adjudicação por item(ns) unitário(s) separadamente e adjudicação por grupos de *itens*.

*\*Cada Lote do item "IDENTIFICAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DO OBJETO" corresponde a forma de adjudicação para o Lote, seja por conjunto de itens agrupados ou itens unitários.*

#### **Justificativa:**

O objeto é do tipo menor valor por item, visando maximizar a participação de maior número de empresas, o que corrobora na aquisição por menor preço. Destarte, a aquisição é tecnicamente viável e economicamente, a qual terá maior aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

Portanto, a licitação deverá ser realizada na modalidade pregão eletrônico, com efeito de atingir um número maior de possíveis fornecedores, privilegiando dessa forma os princípios da competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa

### APLICAÇÃO BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/06

#### **Participação exclusiva (ME/EPP) – Art. 48, I**

Em relação aos itens/grupo de itens com valor inferior a R\$ 80.000,00, o benefício é aplicável?

(x) Sim, para os lotes com valor máximo de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

( ) Não, em relação aos Lotes nº \_\_\_\_\_;

#### **Cota exclusiva (ME/EPP) – Art. 48, III**

Em relação a itens/grupo de itens divisíveis, com valor igual ou superior a R\$ 80.000,00, o benefício (*cotas de até 25%, é aplicável*)?

( ) Sim, para todos os Lotes.

( ) Não, em relação aos lotes com valores acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

#### **Justificativa (art. 49):**

Não se aplica a previsão de cota de 25%.

**Nota:** A justificativa é obrigatória em hipótese de não aplicação dos benefícios a micro e pequenas empresas e deverão ser fundamentadas conforme hipóteses de afastamento dos benefícios, nos termos do art. 49, II, III e IV da referida Lei, ou, em relação a cota exclusiva, o



# Prefeitura Municipal de Virmond

## Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

o objeto não for divisível.

**Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:**

*II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;*

*III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;*

*IV – a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.*

### DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Será utilizado o Sistema de Registro de Preços?

- ( ) Sim;  
( x ) Não.

**Justificativa:**

Como se refere a uma aquisição única, e com a totalidade dos itens, não se aplica o sistema de registro de preços.

**Nota:** A justificativa é obrigatória em hipótese de uso do Sistema de Registro de Preços, sempre fundamentada em uma das hipóteses do art. 3º da Lei 7.892/2013:

\*Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

\*Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

\*Quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

\*Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração.

**Para a Lei 14.133/21 o uso do SRP depende de regulamentação sobre quantidade mínima adquirida de cada item, fornecedores simultâneos, critérios de alteração e atualização dos preços registrados, etc.**



# Prefeitura Municipal de Virmond

## Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

### DO PRAZO DE VIGÊNCIA

#### Prazo de vigência do Contrato:

a) O prazo do contrato, decorrente do processo licitatório será de 12 (doze) meses;

**Nota:** A duração dos contratos da Lei 14.133/21 pode ser de:

1) O prazo do contrato apenas poderá ultrapassar o exercício financeiro, quando tiver previsão da despesa no plano plurianual (art. 105).

2) Até 05 anos para serviços e fornecimentos contínuos (art. 106). Prorrogáveis anualmente até 10 anos, desde que haja previsão em Edital.

3) Até 05 anos para aluguel de equipamentos ou utilização de programas de informática (art. 106).

3) Até 10 anos nas hipóteses previstas nas alíneas "f" e "g" do inciso IV e nos incisos V, VI, XII e XVI do caput do art. 75 da Lei 14.133/21 (art. 108) (aplicável para alguns casos específicos de dispensa).

4) O prazo poderá ser indeterminado no caso de uso de serviço público fornecido em regime de monopólio (ex: COPEL). (art. 109).

5) Contratos de eficiência ou contrato que gere receita: Prazo de até 10 anos, quando não houver investimento; Prazo de até 35 anos. Quando envolver investimento (art. 110).

6) Os contratos por escopo são prorrogados automaticamente quando decorrido o prazo de vigência (art. 111). Dica: Nessas hipóteses colocar o vencimento até o último dia do exercício financeiro.

7) Até 15 anos para contrato de operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação (art. 114).

8) Atas de Registro de Preços: Prazo de 01 ano, prorrogável por mais 01 ano (art. 82);

**\*Utilizar a alínea b do tópico apenas quando necessário para serviços e fornecimentos contínuo. Quando não for utilizar, excluir a alínea.**

### DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

#### LOCAIS DE EXECUÇÃO:

1) As máquinas e equipamentos devem ser entregues no Município de Virmond/PR.





# Prefeitura Municipal de Virmond

## Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

- 2) As máquinas e equipamentos deverão ser entregues, rigorosamente, dentro das especificações estabelecidas no Edital e seus anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com aplicação das penalidades.
- 3) Em hipótese alguma serão aceitos máquinas e equipamentos diferentes do que foi cotado, que esteja em desacordo, com avarias ou defeito de fabricação, ou que não atender as especificações do edital.
- 4) O transporte das máquinas e equipamentos, assim como os demais custos de fornecimento deverão ser suportados pelas Contratada.
- 5) A qualidade das máquinas e equipamentos fornecidos é de inteira responsabilidade da contratada, devendo substituir no prazo de 20 (vinte) dias, aqueles que se encontrem quebrados, rachados, danificados, ou com qualquer avaria que o deixe inadequado ao uso e/ou diminua a sua durabilidade.
- 6) Cada máquina e equipamento, deve estar na sua configuração original de fábrica, com suas especificações.
- 7) Em casos de danos causados ao Município de Virmond ou a terceiros, fica de inteira responsabilidade de a contratada repor, sem qualquer ônus adicional para o contratante.

### **PRAZO DE ENTREGA:**

**I** - O prazo de entrega será de 30 (trinta) dias corridos, a contagem do prazo de entrega terá início à partir do recebimento da *Requisição de Empenho* ou documento equivalente.

**II** - O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que a empresa apresente pedido formal de prorrogação com a devida motivação por escrito instruída com os documentos que se fizerem necessários e o pedido seja aprovado pelo Fiscal responsável.

### **DO RECEBIMENTO DOS OBJETOS ADQUIRIDOS**

**I** – No ato da entrega do objeto, será emitido pelo Agente Público que realizou o recebimento, *Termo de Recebimento Provisório* do objeto;

**II** – O *Termo de Recebimento Provisório* poderá ser substituído, à critério do Agente Público, pelo *visto* na Nota Fiscal do objeto entregue;

**III** – Disposição na Nota Fiscal ou documento que acompanhe de que, à partir da *assinatura* ou *visto* na Nota opera efeitos de recebimento legal do objeto ou que impedem sua devolução ou pedido de substituição não produzirão quaisquer efeitos jurídicos;

**IV** – A emissão do *Termo de Recebimento Provisório* (ou equivalente) é o marco inicial do recebimento do objeto, que só será considerado como efetivamente recebido, para todos os efeitos, quando da emissão do *Termo de Recebimento Definitivo*;

**V** – À partir do recebimento provisório, iniciar-se-á o prazo de 10 (dez) dias para que o Poder Público realize a conferência do objeto entregue com as disposições do Edital e padrões de qualidade exigidos.

**VI** – A conferência do objeto poderá, no prazo citado no *inciso* anterior, resultar em:



# Prefeitura Municipal de Virmond

## Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

---

a) Emissão de *Termo de Recebimento definitivo*, quando a conferência constatar que o objeto fora entregue de acordo com os requisitos preestabelecidos e de qualidade do objeto;

b) Emissão de *Pedido de Troca/Substituição* do objeto entregue quando a conferência constatar defeito, incorreção, desconformidade com o Edital, pendência ou qualquer outro vício.

VII – O *Pedido de Troca/Substituição* conterá, no mínimo: Identificação da empresa; Identificação do processo licitatório; identificação da Requisição de Compra ou Empenho ou Nota Fiscal do Objeto; indicação do objeto e quantidade em que se constatou o vício; apontamento do vício constatado; prazo razoável para a substituição; data e assinatura do fiscal responsável;

VIII – Caso decorrido o prazo indicado no *inciso V* sem manifestação do Poder Público, considerará o objeto como definitivamente recebido, passando-se ao processo de liquidação e pagamento;

IX – A Emissão do *Pedido de Troca/Substituição* implicará, para todos os efeitos, no não-recebimento do objeto, até a sua efetiva substituição, às expensas da empresa, aprovada pelo Fiscal Responsável, do todo ou da parte em que se constatarem os vícios apontados;

X - Para fins dos *incisos V e VIII*, o prazo para o *pedido de troca/substituição* será contado até a data de *emissão do pedido de troca/substituição* e não do efetivo recebimento do pedido pela empresa.

XI – O recebimento definitivo do objeto, não isenta o fornecedor de responsabilidade legal pelo Objeto nos termos do Código Civil Brasileiro, Código de Defesa do Consumidor ou dispositivo legal aplicável.

### DO PAGAMENTO

I - Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias, sendo que começa a contar o prazo da data do *recebimento definitivo* do objeto.

II – O pagamento está condicionado a apresentação de comprovação de:

a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

b) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal;

III - Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.





# **Prefeitura Municipal de Virmond**

## **Estado do Paraná**

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

---

IV – Serão retidos, na fonte, de tributos e contribuições exigidos na forma da Lei, exceto, quando o fornecedor comprovar, juntamente com os documentos exigidos para o pagamento, ser optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples.

### **GARANTIA E VALIDADE DO OBJETO**

I – As máquinas e equipamentos deverão dispor de garantia mínima prevista na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido pelo citado normativo.

II – A garantia mínima deve ser 12 (doze) meses.

III - No caso de substituição do bem, o substituído terá o mesmo prazo de garantia originalmente dados ao bem substituído, a contar da data em que ocorrer a substituição.

IV – Durante o período de garantia ou assistência técnica, a Administração Municipal não efetuará nenhum tipo de pagamento à contratada a título de deslocamento de pessoal, veículos, transporte, impostos, taxas, hospedagem, peças, fretes de peças, mão-de-obra e outros, na solução de problemas que ensejaram o acionamento da garantia.

V - A ocorrência de qualquer defeito, coberto pela garantia, implicará na obrigação, por parte da CONTRATADA, da correção do problema no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos após a comunicação oficial, sem ônus para a CONTRATANTE, podendo ser prorrogado pela CONTRATANTE, mediante solicitação.

### **DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

I - Efetuar a entrega das máquinas e equipamentos em conformidade com as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, sob demanda do órgão, nas quantidades e locais indicados em estrita observância das especificações deste Termo de Referência e da proposta, bem como, em condições de qualidades adequadas ao seu uso;

II- Substituir às suas expensas as máquinas e equipamentos que apresentar(em) defeito(s) de fabricação ou desgastes prematuros, dentre outros que diminuam o bom uso;

III - Responsabilizar-se pelos vícios e danos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor abrigando-se a, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas aqueles que apresentarem avarias ou defeitos; indicados, em estrita observância das especificações deste Termo de Referência e da proposta;

IV - Responsabilizar-se inteiramente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e sociais e de acidentes de trabalho e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado;



# **Prefeitura Municipal de Virmond**

## **Estado do Paraná**

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

---

V - Garantir que as máquinas e equipamentos fornecidos à Administração esteja(m) em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo poder Público;

VI - Informar à contratante quaisquer irregularidades na execução do objeto que não possam ser corrigidas nos termos deste Termo de Referência;

VII - Responsabilizar-se civil e criminalmente por todo e qualquer dano que cause à administração, a preposto seus ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência da execução do contrato, objeto deste Termo de Referência, não cabendo à administração, em hipótese alguma, responsabilidade por danos diretos e indiretos ou lucros cessantes decorrentes;

VIII - Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição;

IX - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, os direitos e obrigações assumidas por força de contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

X - Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;

XI - Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;

XII - Comunicar à Administração, por escrito, quaisquer irregularidades ou anormalidades ocorrida durante o fornecimento contratados prestando os esclarecimentos julgados necessários;

XIII - Manter durante toda a execução do contrato, formalizado por meio de nota de empenho, as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO**

I - Conferir minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do(s) bem(ns) recebido(s) provisoriamente com as especificações constantes do termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

II - Proporcionar as condições necessárias ao fiel cumprimento das obrigações do fornecedor, inclusive comunicando por escrito e tempestivamente qualquer mudança de Administração e endereço de cobrança;

III – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor, por meio de fiscais especialmente designados.



# Prefeitura Municipal de Virmond

## Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

IV - Efetuar o pagamento das notas fiscais de acordo com as normas de execução orçamentária e financeira e demais condições legais e editalícias;

V - Permitir aos funcionários do fornecedor (devidamente identificados) acesso às dependências da administração, caso necessário.

### DA FISCALIZAÇÃO

I – A fiscalização do recebimento dos materiais adquiridos ficará a cargo do(s) agente(s) público(s), denominado de Fiscal Responsável:

- Abdon Sureke;

II - O Fiscal do Contrato procederá à avaliação das especificações do(s) produto(s) Encaminhado(s) e serviços executados pelo fornecedor, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência ou padrões mínimos de qualidade necessários para seu uso;

III - A fiscalização de que trata este *item* não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/2021.

### DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

**Nota:** A habilitação divide-se em:

I - jurídica;

II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista;

IV - econômico-financeira.

Como regra, manter-se à padronização dos requisitos previstos no Edital, para as habilitações técnica, jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, podendo ser incluídos demais requisitos, para esses tipos de habilitação, apenas excepcionalmente, mediante prévia justificativa.

Em relação a habilitação técnica, poderão ser incluídos os requisitos que entender-se necessário, nos limites legais, conforme Tabela abaixo.



# Prefeitura Municipal de Virmond

## Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

### 1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- f. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- h. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- i. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- j. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).
- k. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitida nos últimos 90 (noventa) dias;
- b. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à



# Prefeitura Municipal de Virmond

## Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- c. Prova de regularidade fiscal com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e. Prova inexistência de débitos perante a Fazenda Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor;
- f. Prova de inexistência de débitos perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g. Prova de cumprimento com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- h. Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

### 3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);
- b. Balanço patrimonial + demonstração de resultado de exercício, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (2021 e 2022), os quais devem estar devidamente registrado na Junta Comercial do respectivo estado, em que a empresa tiver sede.
- c. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- d. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

### 4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
  - i. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
  - ii. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### 5. DECLARAÇÕES

- a. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;



# **Prefeitura Municipal de Virmond**

## **Estado do Paraná**

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

- b. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- c. Declaração que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.
- d. Declaração que os sócios da empresa, bem como gerentes e diretores não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil. Assim como, não sejam cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, do agente de contratação, pregoeiro de Virmond e dos demais agentes públicos envolvidos no presente procedimento licitatório, especialmente do Prefeito Municipal, da autoridade requisitante da contratação e o parecerista jurídico.

### **DA GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A gestora da ata de registro de preços será a Senhora Terezinha Vereta.

### **DAS PENALIDADES E CRIMES ELENCADOS NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO**

1. Ficam sujeitas às penalidades alocadas no Código Penal Brasileiro, as empresas ou profissionais do Município de Virmond envolvidos no cometimento dos seguintes crimes:

a) Frustração do caráter competitivo de licitação:

Art. 337-F. Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

b) Patrocínio de contratação indevida:

Art. 337-G. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário:

Pena – reclusão, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

c) Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo:

Art. 337-H. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do contratado, durante a execução dos contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no edital da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade:





# Prefeitura Municipal de Virmond

## Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

Pena – reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

d) Perturbação de processo licitatório:

Art. 337-I. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

e) Violação de sigilo em licitação:

Art. 337-J. Devassar o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:

Pena – detenção, de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, e multa.

f) Afastamento de licitante:

Art. 337-K. Afastar ou tentar afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo:

Pena – reclusão, de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem se abstém ou desiste de licitar em razão de vantagem oferecida.

g) Fraude em licitação ou contrato:

Art. 337-L. Fraudar, em prejuízo da Administração Pública, licitação ou contrato dela decorrente, mediante:

- I- entrega de mercadoria ou prestação de serviços com qualidade ou em quantidade diversas das previstas no edital ou nos instrumentos contratuais;
- II – fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido;
- III – entrega de uma mercadoria por outra;
- IV – alteração da substância, qualidade ou quantidade da mercadoria ou do serviço fornecido;
- V – qualquer meio fraudulento que torne injustamente mais onerosa para a Administração Pública a proposta ou a execução do contrato:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

1.2 Identificado o possível cometimento dos crimes citados acima pelos licitantes e/ou servidores públicos, o processo licitatório deverá ser suspenso imediatamente e encaminhado cópia integral para Polícia Civil e Ministério Público Estadual, visando apurar como se deu, e quem cooperou para o cometimento dos crimes, para que as penalidades possam ser aplicadas aos infratores, visando preservar a realização de processos licitatórios com ética e legalidade, com intuito de melhor atingir o interesse público.

1.3 Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo



# **Prefeitura Municipal de Virmond**

## **Estado do Paraná**

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

---

administrativo

necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

Virmond/PR, 24 de fevereiro de 2024.

Responsável pela elaboração  
Abdon Sureke